

190				1

ENR 00766

ARAGUAIA/TOCANTINS

PF apura irregularidade no EIA/Rima

Responsáveis pelo relatório teriam desconsiderado aspectos negativos da hidrovia Tocantins-Araguaia sobre comunidades indígenas

Anselmo Carvalho Pinto
Da Redação

A superintendência regional da Polícia Federal em Mato Grosso instaurou inquérito policial para apurar o possível crime de falsidade ideológica cometido pelos diretores da Companhia Docas do Pará, que, no EIA/Rima apresentado ao Ibama, desconsiderou os aspectos negativos da hidrovia Tocantins-Araguaia sobre co-

munidades indígenas, diagnosticados por um grupo de antropólogos.

O inquérito foi baseado a partir de um ofício enviado pelo procurador regional da República, Divino Donizete da Silva, ao superintendente da PF em Mato Grosso, Cláudio Luiz da Rosa, dia 24 de setembro. Quatro dos sete antropólogos contratados para avaliar os impactos do corredor fluvial em 80 aldeias de dez etnias atingidas acusaram a Ahitar - braço da Docas do Pará na administração da hidrovia - de

mutillar o relatório. "Eles garantiram que a nossa avaliação seria colocada na íntegra", disse ontem o antropólogo da Universidade de São Paulo, Luís Roberto de Paula, em entrevista por telefone.

O relatório tem três volumes: diagnóstico ambiental, análise dos impactos ambientais com a implementação da hidrovia e as medidas mitigatórias. Dois últimos foram tirados pela Ahitar no relatório final.

Dirigente da Ahitar contesta denúncia do Ministério Público

Da Redação

O superintendente da Ahitar, Rogério Berzellay, nega que tenha havido fraude no EIA/Rima da hidrovia Tocantins-Araguaia. "O trabalho dos antropólogos foi registrado no Ministério Público e ninguém seria tão ingênuo em fraudá-lo", disse, em uma nota à im-

prensa. Ele segue dizendo que os antropólogos foram contratados pela Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Universidade do Pará (Fadesp), órgão que teria feito a síntese do estudo. Segundo ele, tal síntese não altera a essência nem o conteúdo dos trabalhos. E diz: "Impactos não serão da magnitude que foram colocados".



Índios Enawene Nawe, da reserva de Juína, sofrem constantes invasões de garimpeiros

INDÍGENAS

Impactos não teriam sido considerados

Da Redação

O estudo a respeito dos impactos sobre comunidades indígenas é apenas um dos componentes do EIA/Rima apresentado pela Ahitar ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O primeiro, elaborado em 1996, havia sido recusado.

Um dos pontos suprimidos pela Ahitar no estudo mostra o temor das comunidades e os possíveis impactos sociais causados pela construção de portos a menos de 15 quilômetros das aldeias. Essa informação, expressa

no segundo volume do estudo, foi ignorada pela Ahitar.

No terceiro volume, os antropólogos apontam soluções para a possibilidade de os portos serem mesmo construídos. Uma dessas soluções seria a ampliação de reservas como medida compensatória, algo também ignorado pelo relatório da Ahitar.

"A atitude da Ahitar rompe o compromisso ético assumido em relação aos grupos indígenas consultados e aos profissionais contratados", escreveram os antropólogos André Amaral de Toral, Eduardo Carrara, Luís Roberto de Toral e Paulo Serpa, em um

documento em que condenam a atitude da Ahitar e pedem a retirada de seus nomes do EIA/Rima.

A hidrovia Tocantins-Araguaia tem o apoio do governo federal e pretende viabilizar o tráfego de barcaças entre os rios das Mortes, Araguaia e Tocantins, numa extensão de quase 2,5 mil quilômetros.

O governo Fernando Henrique Cardoso incluiu a hidrovia na lista de projetos prioritários do programa "Brasil em Ação". O custo total seria de R\$ 220 milhões - parte vinda de fundos públicos e parte de instituições financeiras internacionais.

GARIMPEIROS

Enawene Nawe denunciam invasão

Daniela Lepinsk
Da Redação

Garimpeiros invadiram quatro vezes a reserva indígena Enawene Nawe em menos de seis meses, segundo representantes da aldeia que estiveram em Cuiabá ontem para reuniões com representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama). Eles estão reivindicando a instalação de um posto fiscal na reserva para evitar novas invasões. Como as entidades alegam falta de verba, a proposta

é uma fiscalização em parceria.

Segundo o indigenista Pedro Henrique Passos, da ONG Operação Amazônia Nativa (Opan), a preocupação maior é evitar um conflito entre índios e garimpeiros. "Eles estão cansados, e alguns pensam em atacar os garimpeiros à flechada, mesmo sabendo do risco que correriam", explica. Desde 1973, quando foi descoberta, até hoje, já houve onze mortos em conflitos na aldeia.

A sociedade Enawene Nawe tem cerca de 300 representantes apenas, e vem sendo mantida em relativo isolamento. Como não

comem carne de caça, o garimpo se torna uma ameaça também à saúde dos índios, que podem contrair doenças em função da pesca em águas poluídas.

As terras da reserva, na região de Juína, já estão demarcadas, homologadas e registradas em cartório, conforme Passos. Os representantes da aldeia acusam o Garimpo 180 pelas invasões. "Nossa terra era bonita e está ficando feia. É tão pouca terra, não tem porque invadir. Os peixes estão morrendo e as pessoas doentes. Sentimos muita saudade", desabafa Marikeroseene, índio Enawene Nawe.